



LUCAS MOURA / SECOM

EXEMPLOS DE USO DOS RECURSOS PERMITIDOS PELO PROGRAMA

- **Materiais de consumo:** Abastecimento de água (caminhão pipa);
- **Material de primeiros socorros:** algodão, curativo, esparadrapo, gaze, luva, soro fisiológico e termômetro, entre outros;
- **Material de apoio pedagógico:** anilina em pó, apontador, barbante, brinquedos educativos, cartolina, compasso, canetas, giz de cera, fita adesiva, papéis diversos, entre outros;
- **Materiais permanentes:** Aparelhos e equipamentos de esporte e de proteção e segurança, instrumentos musicais, equipamentos de informática; mobiliário em geral, entre outros;
- **Serviços:** Manutenção, conservação e pequenos reparos, limpeza e conservação, jardinagem, segurança, entre outros;
- **Esá proibido:** Gasto com pessoal do quadro geral da prefeitura, pagamento de pessoa física que caracterize vínculo empregatício, contratação de serviços de assessoria, consultoria e formação para professores regulamentada em portaria pela Smed, entre outros.

Novo programa eleva autonomia das escolas

Prefeitura vai distribuir entre R\$ 25 mil e R\$ 80 mil por unidade para custear despesas emergenciais

Gil Santos

REPORTAGEM
gilvan.santos@redebahia.com.br

Quando o equipamento de uma escola quebra é um problema. A diretoria precisa informar à prefeitura e esperar todo um processo burocrático para conseguir trocar, por exemplo, uma simples impressora. O mesmo acontece quando falta cola, cartolina ou uma torneira quebra. Nessa terça (21), foi lançado um programa que pretende reduzir a burocracia e a demora na resolução desses casos. Na prática, as escolas terão em caixa de R\$ 25 mil a R\$ 80 mil para usar com despesas emergenciais.

A burocracia ainda vai existir, para evitar fraudes, mas será reduzida. A compra de um material ou serviço terá que ser aprovada em ata pelo conselho da escola. Depois, o gestor terá que informar à Secretaria Municipal de Educação, fazer três opções de orçamento e, no final,

apresentar a nota fiscal. A prestação de contas será online, através de uma parceria entre a prefeitura e a Receita Federal.

Os detalhes do Programa Dinheiro Direto na Escola Soteropolitana (PDDES) foram apresentados para diretores, coordenadores de conselhos escolares e professores no auditório do Centro de Cultura Cristã da Bahia (Cecba), no Costa Azul. O recurso não poderá ser usado para tudo, mas a lista de possibilidades é extensa.

Gestora da Escola Municipal Dr. Orlando Imbassahy, Lucélia Fontes ficou emocionada. A unidade fica em São Marcos e tem 727 estudantes matriculados. Nos últimos cinco anos está sem recursos por conta de pendências jurídicas. Quando o estoque termina antes do prazo, ou se ela precisar de cola, por exemplo, são as diretoras de outras escolas que socorrem.

“A gente não tinha nenhum recurso para esse tipo de reparo, serviço ou consertos emergenciais. A gente acionava o setor de manutenção da prefeitura e eles estabeleciam um cronograma. Muitas vezes, esses problemas se delongavam”, afirmou. “Agora, esse programa vai assegurar ao gestor maior autonomia no gerenciamento dos recursos e na aplicabilidade dentro da escola”, completou.

O investimento total será de R\$ 15 milhões, em recursos próprios da prefeitura. O programa foi inspirado em outras duas experiências similares em funcionamento em São Paulo e no Pará. O prefeito Bruno Reis (União Brasil)

destacou a importância da iniciativa: “Na prática, isso é desburocratizar, é facilitar a vida do gestor, é permitir que eles possam fazer uma educação mais eficiente, resolvendo demandas que surgem no dia a dia das escolas. Desde demandas de serviços, como de intervenções que precisam ser realizadas na rede física ou na compra de materiais, para que a escola esteja permanentemente bem atendida e, com isso, possam oferecer uma educação com qualidade melhor”.

Os valores por unidade vão de R\$ 25,7 mil a R\$ 80,8 mil por ano, divididos em três parcelas. A escola vai passar por avaliação a cada quatro meses. Caso seja identificada alguma irregularidade, a próxima parcela é bloqueada até que a situação seja regularizada.

O secretário municipal da Educação, Thiago Dantas, explicou os critérios usados na definição do recurso. “Temos escolas com situações específicas bastante diversas, tanto em termos de quantidade de alunos, quanto em termos de indicadores socioeconômicos, então, esses dois critérios prevalecem para determinar a quantidade de recursos que cada escola receberá”, disse.

A rede pública municipal tem 409 escolas e os repasses do programa serão feitos a partir do começo de 2024. A prefeitura elaborou uma cartilha explicando como utilizar os valores e as documentações necessárias. O material impresso será entregue para os diretores e conselhos escolares, mas já pode ser consultado no site <http://pdDES-educacaoosalvador.com.br>. Em janeiro haverá uma capacitação para os gestores das escolas sobre como aplicar os recursos.

Prefeito de Salvador destaca que a gestão escolar será facilitada para promover uma educação mais eficiente

● **Na prática, isso é desburocratizar, é facilitar a vida do gestor, é permitir que eles possam fazer uma educação mais eficiente**
Bruno Reis
Prefeito de Salvador
(União Brasil)

Entenda como os recursos serão distribuídos

Como explicou o secretário municipal de Educação, Thiago Dantas, dois critérios serão considerados para a liberação do recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola Soteropolitana (PDDES), anunciado pela prefeitura de Salvador ontem. Os valores vão de R\$ 25,7 mil a R\$ 80,8 mil por ano por unidade, divididos em três parcelas a depender da quantidade de alunos e dos indicadores socioeconômicos das regiões em que as escolas estão instaladas.

O secretário explicou quais as questões socioeconômicas serão levadas em conta pela prefeitura no programa. “São os indicadores informados no censo, questões relacionadas com vulnerabilidade, indicadores de equidades, parâmetros oficiais que são disponibilizados no censo e que estão sendo considerados para a definição dos valores dos recursos”, disse.